



EDITORIAL

A TEOLOGIA POLÍTICA NO BRASIL

EDITORIAL

THE POLITICAL THEOLOGY IN BRAZIL

Glauco Barsalini*

A secularização do Estado e a consolidação da ciência moderna, associados ao desenvolvimento de uma economia cada vez mais global, geraram, na modernidade e na contemporaneidade, a sensação de que política, economia e ciência formam um conjunto separado da teologia. Na contramão dessa perspectiva, a Teologia Política confere, à teologia, caráter decisivo na política das sociedades, compreendendo que ela guarda íntimas conexões, também, com a economia e a ciência, tanto modernas quanto atuais. Destacamos duas dimensões da Teologia Política: a epistemológica e a prática. Ambas se entrecruzam, na medida em que não se pode fazer uma ciência das relações entre a teologia e a política, sem a correspondente relação fática entre ambas. A Teologia Política somente pode existir, enquanto disciplina científica, porque as formas de interpretar o universo religioso, os modos de conduzir as ações humanas lastreadas em conjuntos de crenças definidas (ainda que permeáveis à influência de crenças a eles externos), e as estruturas de poder edificadas sobre um complexo de argumentações propriamente religiosas, permanecem no mundo dos fatos com a máxima força.

A expressão Teologia Política remete a uma tradição do pensamento teológico e filosófico-jurídico que reivindica, para si, essa terminologia.

Johann Baptist Metz argumenta que a teologia política contemporânea desdobra-se em duas formas: aquela propriamente filosófico-jurídica e a teológica. A distinção serve aos interessados, não apenas como recurso retórico. O teólogo avalia que essa classificação do

* Pós-Doutor em Teologia pela Loyola University Chicago e Doutor em Filosofia pela UNICAMP, é Professor do PPGCR e da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas e membro do Grupo de Pesquisa Ética, Política e Religião: questões de fundamentação (CNPq). E-mail: glaucobarsalini@gmail.com

tema nos conduz a entender como e por que cada uma das formas da teologia política vincula-se a debates distintos. A discussão filosófico-jurídica pressupõe a investigação acerca dos limites de ação do poder e de proteção da lei sobre os indivíduos, e da concepção de uma estrutura de poder político, reflexo da ordem teológica revelada nas escrituras e estabelecida pelas autoridades eclesiásticas católicas, desde o período medieval. No território da teologia, todavia, Metz concebe que a hermenêutica ecumênica do Evangelho deve ter caráter político.

O teólogo Jürgen Moltmann desassocia, em absoluto, Deus em relação ao sistema monárquico, ao conceber trinitariamente a ideia de unidade de Deus. Sua perspectiva confronta a tese schmittiana pela qual o jurista alemão (Carl Schmitt) estabelece um paralelo entre a estrutura do poder eclesiástico encimado pelo Sumo Pontífice, e o poder soberano secular, personificado na pessoa daquele que o lidera.

No universo filosófico-jurídico, a Teologia Política pode ser definida como uma teoria que procura compreender o fundamento teológico, ou não, dos conceitos políticos e da estrutura do poder político. No arco do iluminismo, situa-se a partir de pensadores como Jean Bodin, Baruch Espinosa, e Thomas Hobbes, como precursora dos debates sobre a necessidade de distanciamento entre poder político e religião. Posteriormente, no âmbito da secularização moderna, realiza-se a partir de Max Weber, Carl Schmitt, Walter Benjamin, Ernest Kantorowicz, Jacob Taubes e, mais recentemente, Giorgio Agamben, todos eles intérpretes das ligações entre a teologia e o poder soberano na modernidade e na contemporaneidade.

Não é possível, entretanto, falar em Teologia Política no Brasil (como em toda a América Latina) sem se remeter à Teologia da Libertação como, também, à Teologia Pública. De maneiras próprias, as duas realizam teologia política.

Os anos que sobrevieram à 2^a. Guerra Mundial impuseram ao Ocidente novos desafios sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos, que demandaram também novas formas de engajamento das igrejas cristãs no mundo. Foi um marco, para a cristandade católica, o Concílio Vaticano II (1962-1965), a que se ligaram a Segunda e a Terceira Conferências do Episcopado Latino-Americano (ocorridas, respectivamente, em Medellín, 1968, e em Puebla, 1979). Em simbiose e, ao mesmo tempo, confundindo-se mesmo com o Movimento Ecumênico, com a Teologia Feminista, e com as teologias voltadas para os índios e para os negros, ergueu-se uma teologia extremamente vigorosa na América Latina, a Teologia da Libertação, que atua em inúmeras frentes sociais e no universo

acadêmico. Muitos são os seus protagonistas, destacando-se, dentre tantos, nomes como Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, José Míguez-Bonino, Pedro Casaldáliga, Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría, Ivone Gebara, Enrique Dussel, Hugo Assmann, Elza Tamez, Maria Clara Lucchetti Bingemer e João Batista Libânio. Comprometida com as lutas sociais em defesa dos mais vulneráveis (pobres, mulheres, negros, índios, LGBT+) e da ecologia, nela, teologia, política e religião não se separam, entendendo que é na prática que todas elas se realizam. A Teologia da Libertação inicia-se e prossegue produzindo uma interpretação política das escrituras que, aliás, esforça-se por colocar em prática, na esfera da vida e da sociedade, razão pela qual a prática teológica e a ação política transformadora em favor dos pobres se explicam uma pela outra e produzem teologia política.

Com um olhar diferente, a Teologia Pública, que teve origem nos anos 1970, com Martin Marty nos EUA, ganhou espaço no Brasil a partir do início dos anos 2000, sendo protagonizada, aqui, por Rudolf von Sinner, Carlos Caldas, Eneida Jacobsen, e pelo Instituto Humanitas da UNISINOS. Sinner defende uma teologia crítica, que legitima os vários discursos religiosos voltados para a ação política e que é capaz de entender as relações entre a religião e o espaço público. A Teologia Pública revela-se profundamente republicana, elegendo a pluralidade religiosa e política como elementos imprescindíveis à cidadania. Nesse sentido, procura dar conta de compreender a ligação que a teologia tem com os mais variados segmentos e setores da vida social, nos quais se incluem, também, os movimentos neopentecostais, fortemente associados às políticas regionais e nacional. Ela produz, portanto, teologia política, na medida em que privilegia o espaço público como o lugar em que religião e política devem se encontrar.

Em perspectiva dialógica, e discernindo a imprescindibilidade da Teologia da Libertação e da Teologia Pública na compreensão e formulação de propostas dotadas de efetividade, o Grupo de Pesquisa, associado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, *Ética, Política e Religião: questões de fundamentação*, do qual sou membro, ao lado de Douglas Ferreira Barros, vem desenvolvendo estudos, no campo das Ciências da Religião, sobre as relações entre a religião e a política, dentro e fora do Brasil, tomando por referência a tradição filosófico-jurídica e, ao mesmo tempo, procurando estabelecer relações com a tradição teológica da Teologia Política. O progresso das pesquisas desse grupo tem conduzido a novos desafios, como o de procurar compreender os avanços e limites do pensamento social nacional sobre as ligações que a religião guarda com a política em nosso ambiente.

Destaca-se, também, no escopo de tais investigações, a proposta de que, no plano epistemológico e metodológico, a Teologia Política seja concebida enquanto disciplina, no Brasil. Nesse sentido, trabalhamos com autores provenientes de diferentes contextos e épocas, assim como de diferentes áreas do conhecimento, mas que convergem no interesse de se pensarem os principais temas da realidade social e política.

Ainda temos, nos últimos anos, realizado, com os colegas Rodrigo Coppe Caldeira (PUC-Minas), Rudolf von Sinner (PUC-PR) e Emerson Sena da Silveira (UFJF), fóruns sobre a temática Religião, Espaço Público e Política em importantes congressos de nossa área, a saber, com Caldeira, na SOTER e, com todos eles, na ANPTECRE. Mais recentemente também, desenvolvido outras atividades entre os nossos Grupos de Pesquisa.

É incontestável, na atualidade, a importante presença da religião no espaço público e na política. Tem sido urgente, todavia, entender como as religiões têm se valido de elementos teológicos para fazer política e intervir no espaço público. Esse contexto se apresenta como um desafio para a compreensão e a defesa do pluralismo nas democracias e os limites da laicidade dos (e nos) Estados, tarefa que não se pode realizar contemporaneamente sem o auxílio crítico da Teologia Política.